

**ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA
ELETROPAULO METROPOLITANA – ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. E PRIMEIRO ADITAMENTO**

Pelo presente instrumento particular,

ELETROPAULO METROPOLITANA – ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, 13º andar, bloco B, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSIONORA"), e

OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA., nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples da EMISSIONORA", mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 23 de março de 2000 e da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") da EMISSIONORA realizada em 04 de abril de 2000.

Nos termos do § 1º do Art. 59 da Lei nº 6.404/76 a AGE delegou, ainda, ao Conselho de Administração poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das debêntures, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, época e condições do pagamento de juros, ágio ou deságio e prêmio, se houver, e o cancelamento de Debêntures não colocadas, e para propor, em nome da EMISSIONORA, à assembléia de debenturistas as alterações que julgar necessárias com relação a esta Escritura.

Adicionalmente, a AGE decidiu que o Conselho de Administração da EMISSIONORA deverá aprovar e divulgar o Ágio ou Deságio (conforme abaixo definido) sobre o Preço de Subscrição a que se refere o item 4.2. da Cláusula IV desta Escritura, a qual será determinado em processo de *book building*, devendo publicar o Ágio ou Deságio em até 1 (um) dia após sua determinação e proceder ao correspondente aditamento ao presente Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples da Emissionora.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures (doravante designadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta 7ª emissão pública de Debêntures da EMISSIONORA está registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma das Leis nºs 6.385, de 15.12.76, 6.404 de 15.12.76, 9.457 de 05.05.97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

As atas da RCA e da AGE que deliberaram sobre a emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 57351/00-4, em 29 de março de 2000 e nº 64170/00-7, em 07 de abril de 2000, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Gazeta Mercantil, nos dias 24 de março de 2000 e 12 de abril de 2000, respectivamente.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

Esta Escritura será registrada no 11º Cartório de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, na sede da EMISSORA.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Setor de Atividade da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto: I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática, mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas, complementares ou acessórias; V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; e VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário.

3.2. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 7ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da presente emissão é de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos com a emissão das Debêntures, conforme descrito na Ata da RCA de 23 de março de 2000, serão utilizados sem restrições pela Emissora, como capital de giro, ficando à critério da Diretoria Executiva determinar a sua aplicação.

3.5. Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80 e Parecer de Orientação CVM nº 19/99, que couber, sendo, portanto, atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes dos coordenadores de distribuição e eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.6. Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

3.7. Certificados de Debêntures

Não serão emitidos Certificados representativos das Debêntures.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Das Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão.

4.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 700.000 (setecentas mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em duas séries, sendo a 1ª Série constituída por 350.000 (trezentos e cinquenta mil) Debêntures no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão e a 2ª Série constituída por 350.000 (trezentos e cinquenta mil) Debêntures no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.

4.1.4. Data de Emissão: Para todo e qualquer efeito legal, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de abril de 2000 (a "Data de Emissão") para ambas as séries.

4.1.5. Prazo e Vencimento Final: O prazo final das Debêntures é, para a 1ª Série, de 30 (trinta) meses e, para a 2ª Série, de 36 (trinta e seis) meses, ambos os prazos contados da Data de Emissão, de modo que, a data de vencimento final da 1ª Série será em 1º de outubro de 2002 e o da 2ª Série será em 1º de abril de 2003.

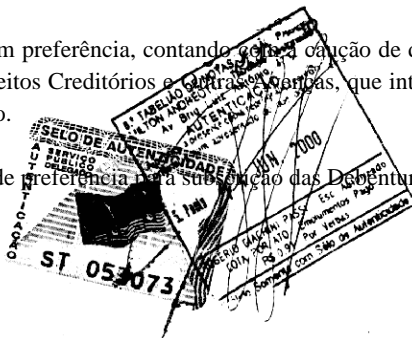
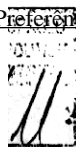
4.1.6. Amortização Programada: (a) 1ª Série - A amortização programada das Debêntures da 1ª Série será efetuada em duas parcelas, vencendo-se a primeira parcela em 1º de outubro de 2001, no montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do seu valor nominal, e a segunda parcela em 1º de outubro de 2002, no montante equivalente ao saldo remanescente. (b) 2ª Série - A amortização programada das Debêntures da 2ª Série será efetuada em duas parcelas, vencendo-se a primeira parcela em 1º de abril de 2002, no montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do seu valor nominal, e a segunda parcela em 1º de abril de 2003, no montante equivalente ao saldo remanescente.

4.1.7. Forma: As Debêntures serão nominativas escriturais.

4.1.8. Classe: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.1.9. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem preferência, contando com a Caução de direitos creditórios nos termos da Cláusula V e do Instrumento Particular de Contrato Caução de Direitos Creditórios e Contratos de Causas, que integra esta Escritura como Anexo I (o "Contrato de Caução"), observado o disposto no item 5.4. abaixo.

4.1.10. Direito de Preferência: Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da ELETROSORA.



4.2. Preço de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal unitário calculado de acordo com o item 4.3.1. abaixo, desde a Data de Emissão até a data de subscrição, calculados exponencialmente *pro rata temporis* (base 360 dias), acrescido ou diminuído do Ágio ou Deságio determinado em processo de *bookbuilding* (o "Ágio ou Deságio"). Conforme aprovado pela AGE, caberá ao Conselho de Administração da EMISSORA aprovar e divulgar o valor do Ágio ou Deságio, devendo este valor ser publicado nos Anúncios de Início de Distribuição.

4.3. Remuneração

4.3.1. As Debêntures farão jus a seguinte remuneração:

(a) Atualização

As Debêntures terão seu valor nominal a partir da Data de Emissão atualizados, pelo IGP – M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula ("Atualização"):

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D1}} \times \left[1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left[1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{Dn}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

IGPM n = variação do IGPM na forma percentual, relativo ao mês "n";

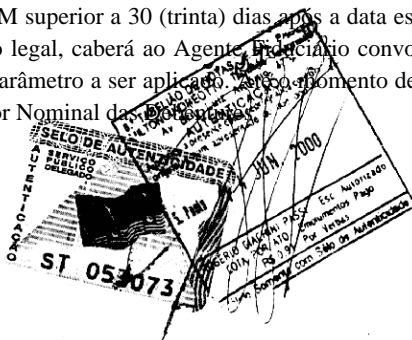
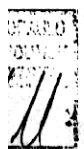
d_n = número de dias corridos do 1º dia do mês de atualização, até a data de atualização.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso o IGP-M não esteja disponível quando do pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último IGP-M divulgado calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não cabendo porém quaisquer compensações financeiras tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção do índice ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal, caberá ao Agente Facilitador convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado no momento de definição deste novo parâmetro, o último IGP-M divulgado será utilizado para a atualização do Valor Nominal do título.




(b) Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros pré-fixados à taxa de 12,20% a.a. (doze vírgula vinte por cento ao ano) (os "Juros Remuneratórios"), incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado na forma do item (a) acima (VNa), calculados exponencialmente, por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, desde a Data de Emissão até a data de pagamento dos juros, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{12,2}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = Valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal atualizado, conforme definido no item 4.3.1. (a) em reais, na data de início de Cada Período de Capitalização;

n = Número de dias corridos do respectivo Período de Capitalização;

Define-se:

a) Período de Capitalização

Intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento dos Juros Remuneratórios da respectiva Série, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento dos Juros Remuneratórios da respectiva série. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

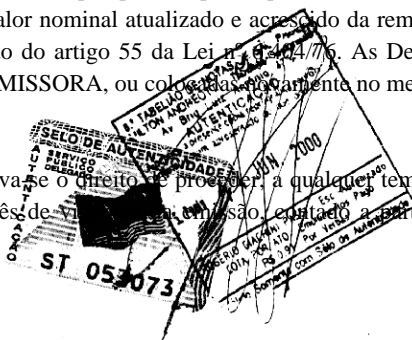
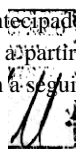
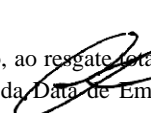
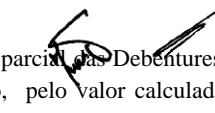
4.3.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus ao pagamento dos Juros Remuneratórios e Atualização em 1º de outubro de 2001 e em 1º de outubro de 2002.

4.3.3. As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento dos Juros Remuneratórios e Atualização em 1º de abril de 2001, 1º de abril de 2002 e em 1º de abril de 2003.

4.3.4. Nas hipóteses de aquisição facultativa (item 4.3.5. abaixo) ou vencimento antecipado (Cláusula VII), a Emissora pagará a remuneração devida no dia do evento, calculada na forma descrita no item 4.3.1. acima, desde a Data de Emissão ou do último pagamento de juros até o dia do evento conforme o caso.

4.3.5. Aquisição Facultativa - A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao saldo não amortizado de seu valor nominal atualizado e acrescido da remuneração conforme previsto no item 4.3.1. acima, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 9.304/76. As Debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

4.3.6. Resgate Antecipado - A EMISSORA reserva-se o direito de proceder, a qualquer tempo, ao resgate total ou parcial das Debêntures em circulação, a partir do décimo segundo mês de vigência da emissão, calculado a partir da Data de Emissão, pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VRA = \frac{SVN \times (1,122 \times 1,005)^{\frac{N}{360}}}{\left(\frac{Rntn}{100} + 1\right)^{\frac{N}{360}}}$$

onde:

- SVN** = Saldo não amortizado do Valor Nominal das debêntures, calculado na forma do item 4.3.1. retro, apurado na data do Resgate Antecipado;
- 1,122** = Fator referente a Taxa de juros das debêntures da presente emissão (12,2%);
- 1,005** = Fator de prêmio por conta do resgate antecipado (0,5%);
- VRA** = Valor devido pela EMISSORA na hipótese de Resgate Antecipado das debêntures da presente emissão;
- N** = Número de dias corridos entre a data do Resgate Antecipado das debêntures e da data de vencimento da respectiva debênture resgatada, excluindo a data de início e incluindo-se a data de vencimento;
- Rntn** = Remuneração das Notas do Tesouro Nacional – C de prazo equivalente, no mercado secundário, na forma percentual, apurada pela EMISSORA na data de publicação do "Aviso aos Debenturistas" mencionado no item 4.3.6. retro.

4.3.7. Caso a EMISSORA proceda a um resgate parcial, este deverá ser realizado mediante sorteio com a presença do Agente Fiduciário. O resgate deverá ser precedido da publicação de "Aviso aos Debenturistas", observado os termos do item 4.5.1. abaixo. As Debêntures, que vierem a ser resgatadas, deverão ser obrigatoriamente canceladas.

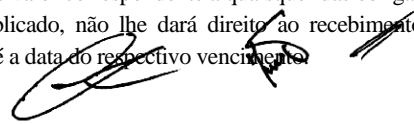
4.4. Das Condições de Pagamento

4.4.1. Local de Pagamento: Todos e quaisquer pagamentos oriundos das Debêntures serão efetuados por intermédio do Sistema Nacional de Debêntures administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto – ANDIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA para os debenturistas não vinculados a este sistema.

4.4.2. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.4.3. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade por parte da EMISSORA no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), além da Remuneração, caso devida, nos termos desta Escritura, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.4.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, comunicadas por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.5. Das Comunicações

4.5.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil" sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

4.5.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A.

Endereço: Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha nº 100, 13º andar, Bloco B, São Paulo, SP

CEP: 04726-905

Att. Sr. Orestes Gonçalves Júnior

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Telefone: (11) 5696 - 4147

Fax: (11) 5696 - 4135

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Oliveira Trust DTVM Ltda

Endereço: Avenida das Américas, 500, Bloco 13 Gr.205, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-100

Att. Sr. José Alexandre Freitas

Telefone: (021) 493-7003

Fax: (021) 493-4746

E-mail agente@oliveiratrust.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a caucionar em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 271 a 279 do Código Comercial Brasileiro, e 768 e seguintes do Código Civil Brasileiro, aos debenturistas titulares das Debêntures da presente emissão, representados pelo Agente Fiduciário, para o fim de garantir todas e quaisquer obrigações assumidas pela EMISSORA nessa Escritura, a partir da Data de início da distribuição das Debêntures e até a sua liquidação final, direitos creditórios decorrentes de fornecimento de energia elétrica da EMISSORA junto a suas unidades consumidoras, assim consideradas todas aquelas unidades contra as quais a EMISSORA fatura mensalmente (as "Unidades Consumidoras"), limitado a 30% (trinta por cento) do somatório total do pagamento bruto mensal da EMISSORA, devendo a EMISSORA mensalmente encaminhar ao Agente Fiduciário, para conferência e acompanhamento do nível de garantia, informações sobre seu faturamento bruto mensal durante o mês imediatamente anterior e o extrato das Contas das Unidades Consumidoras (conforme definido no item 5.3 abaixo).

5.2. A EMISSORA deverá celebrar o Contrato de Caução relativo a todos os direitos creditórios referidos na Cláusula 5.1, o qual fará parte integrante e inseparável desta Escritura como ANEXO I, e o mesmo será registrado em Cartório de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo, e não poderá ser alterado sem a aprovação prévia dos debenturistas, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, representando no mínimo 2/3 das Debêntures em circulação.

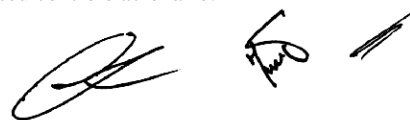
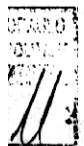
5.3. A partir da Data de início de distribuição das Debêntures e até a sua liquidação final, a EMISSORA se obriga a manter inalterada a sistemática de cobrança vigente junto às Unidades Consumidoras, realizando esta cobrança através de bancos arrecadadores autorizados pela EMISSORA e de depósitos nas contas especificadas no Contrato de Caução (as "Contas Centralizadoras").

5.4. A garantia prestada nos termos do Contrato de Caução estará subordinada à garantia prestada pela EMISSORA aos debenturistas da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da EMISSORA, objeto da escritura de emissão datada de 1º de outubro de 1998, e registrada no 11º Cartório de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo (as "Debêntures da 6ª Emissão"), as quais a EMISSORA está obrigada a resgatar e cancelar até o dia 1º de agosto de 2000, de acordo com o disposto no Cláusula 6(h) abaixo.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

- a) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- b) manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;
- c) não realizar operações fora de seu objeto social;
- d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;
- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- f) proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeira anuais;
- g) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social;
 - dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período;
 - imediatamente, qualquer informação relacionada com a emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93;
 - na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.5.1. da cláusula IV;
 - mensalmente, para conferência e acompanhamento do nível de garantia, informações sobre o faturamento bruto mensal da Emissora durante o mês imediatamente anterior e o extrato das Contas Centralizadoras;
- h) resgatar e cancelar integralmente até o dia 1º de agosto de 2000, todas as Debêntures da 6ª Emissão, incluindo as Debêntures da 6ª Emissão que se encontram em tesouraria; e
- i) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração estatutária da EMISSORA ou alteração de seu controle acionário.



CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor do saldo devedor das Debêntures em circulação, acrescido de juros e demais encargos apurados na forma constante desta Escritura até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) descumprimento das obrigações assumidas na Cláusula V;
- c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais);
- d) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por suas controladas ;
- e) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de suas controladas;
- f) perda pela EMISSORA da qualidade de concessionária pública de fornecimento de energia elétrica;
- g) descumprimento pela Emissora das obrigações assumidas nas Cláusulas 2 e 3.1 (i) a (v) do Contrato de Caução;
- h) a EMISSORA não resgatar e cancelar integralmente até o dia 1º de agosto de 2000, todas as Debêntures da 6ª Emissão, incluindo as Debêntures da 6ª Emissão que se encontram em tesouraria; e
- i) não cumprimento pela Emissora de qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura ou no Contrato de Caução, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

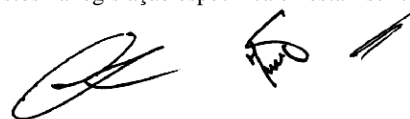
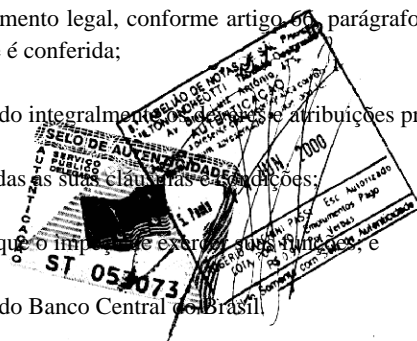
8.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura Oliveira Trust DTVM Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, para representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 6º, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente as responsabilidades e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer a função;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.



8.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação de cada série, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

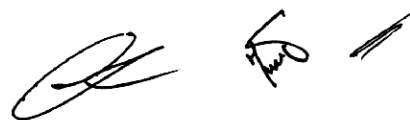
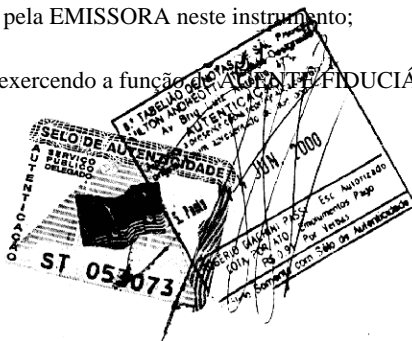
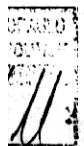
- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição;
- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;
- c) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores;
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado nos Registros de Imóveis nos quais será registrada a presente Escritura;
- e) O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição; e
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

8.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura, ANEXO I e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. No caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) acompanhar o cumprimento pela EMISSORA de todas as obrigações previstas no Contrato de Caução e tomar as medidas necessárias em caso de não cumprimento de qualquer destas obrigações;

- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia real e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- j) intimar a EMISSORA, quando aplicável, a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- m) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura;
- n) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- o) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - o.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - o.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - o.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
 - o.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - o.5) resgate e pagamento de juros e prêmio das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
 - o.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
 - o.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - o.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - o.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
 - o.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de FIDUCIÁRIO;

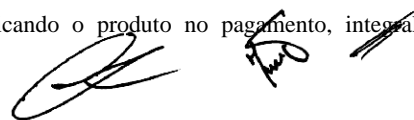
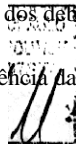


- o.11) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão.
- p) colocar o relatório de que trata o inciso "n" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- p.1) na sede da EMISSORA;
- p.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
- p.3) na CVM;
- p.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- p.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.
- q) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "o";
- r) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, e à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto;
- s) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura por parte da EMISSORA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- u) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- u.1) à CVM;
- u.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- u.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por este autorizada a funcionar.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) executar as garantias dadas em caso de falência da EMISSORA, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- d) requerer a falência da EMISSORA; e



e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

8.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra (a) acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

8.5.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do *caput* deste item.



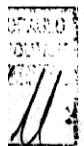
8.6. Remuneração

8.6.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) parcelas semestrais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo a primeira devida até cinco dias da data de assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos semestres subsequentes;
- b) valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) por Assembléia Geral de Debenturistas ou reunião formal realizada com a EMISSORA ou com os debenturistas;
- c) as despesas previamente aprovadas relativas a publicações, transporte, viagens, alimentação, transporte e estadias necessárias ao exercício de suas atribuições, durante ou após a fase de implantação do serviço durante a vigência das Debêntures desta Emissão serão cobertas pela EMISSORA;
- d) a remuneração prevista no item (a) será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- e) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01.03.2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata* dia se necessário; e
- f) todas as despesas com procedimentos legais e administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.2. Não estão incluídas na remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

8.6.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora na forma definida no art. 406 do Código de Processo Civil, e as ações tratadas nesta Escritura.



8.6.4. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins e quaisquer outros impostos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO.

8.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

8.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

8.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.7.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.7.4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA IX - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

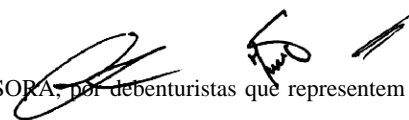
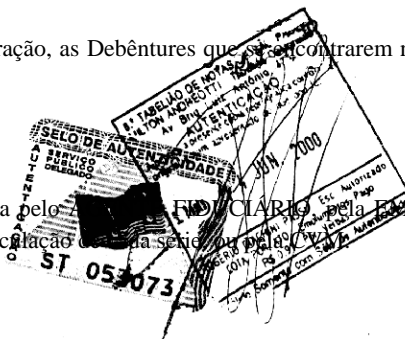
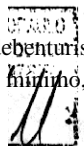
Os titulares das Debêntures poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembléia para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures de cada série deverão ser aprovadas por debenturistas que representem mais de 2/3 das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que estiverem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de suas coligadas e controladas.

9.1. Convocação

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação de cada série.



9.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação de cada série e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da aprovação de alteração nas condições das Debêntures, que será tomada conforme o disposto no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

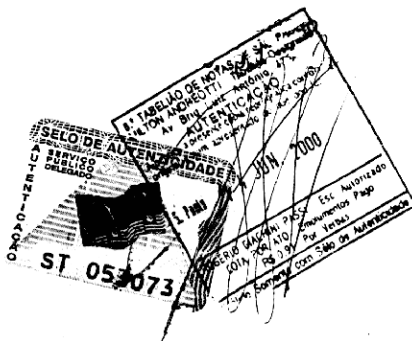
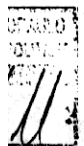
10.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, prestar a respectiva garantia de caução constante no Anexo I e a cumprir com todas as obrigações previstas nos referidos instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- c) este contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) os Prospectos Preliminar e Final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o "Prospecto") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise crítica dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos decorrentes das Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram feitas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e conclusões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após uma cuidadosa análise das circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou as Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

- e) a celebração desta Escritura, prestação da respectiva garantia de caução de direitos creditórios e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas, exceto os criados no Contrato de Caução; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 31 de dezembro de 1999, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- h) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- i) os direitos creditórios dados em caução, nos termos do Contrato de Caução, encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, dúvidas, dívidas e/ou gravames, respondendo a EMISSORA nos termos da legislação civil e penal pela sua existência e pela existência dos contratos que lhe deram origem, com exceção às Debêntures da 6ª Emissão, que contam com prioridade com relação à garantia real prestada nos termos do Contrato de Caução.



CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, nem da garantia de caução consubstanciada no Anexo I da presente, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.


11.2. Foro

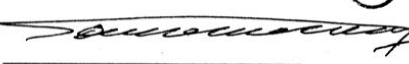
Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de maio de 2000.

ELETROPAULO METROPOLITANA – ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.


Marc André Pereira
Presidente


Orestes Gonçalves Júnior
Diretor Executivo Financeiro e
de Relações com Investidores


(27º)

(27º)

OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.


Juarez Celio da Gama Dias Costa

(27º)



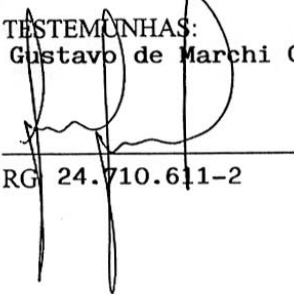

Reconheço por semelhança, as firmas de: JUAREZ CELIO DA GAMA DIAS COSTA, MARC ANDRÉ PEREIRA e ORESTES GONÇALVES JÚNIOR.
São Paulo, 7 de Junho de 2000. 11/53:20-158653204HRX.
Em testemunho da verdade


ST 052988



AZ 014532
LUP 680442

(PÁGINA DE ASSINATURA DA ESCRITURA DA 7ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ELETROPAULO METROPOLITANA - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., DATADA DE 30 DE MAIO DE 2000, CELEBRADA ENTRE ELETROPAULO METROPOLITANA - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. e OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.).

TESTEMUNHAS:
Gustavo de Marchi G. Oliveira

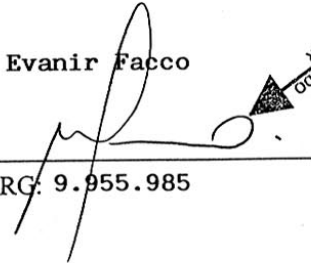


RG: 24.710.611-2




CONFERIDO POR

Evanir Facco



RG: 9.955.985



CONFERIDO POR

Serv. Not. e Reg. do Ibrapuef
JOAO ANSELMO GONCALVES
Escriturário Autorizado

837014

2

FRIMA

30. CARTÓRIO REGISTRO CIVIL IBIRAPUEF
AV. Nova Independência, 51 Fone: 5506.5
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
RECONHECO POR SEMELHANÇA 0002 FIRMAS
001-EVANIR FACCO E 001-GUSTAVO DE
MARCHI GALVÃO OLIVEIRA
SÃO PAULO, 07 DE JUNHO DE 2000.
TESTEMUNHA DA VERDADE
JOAO ANSELMO GONCALVES - ESC. AUTORIZ.
Total Custas: R\$ 3,39
Carimbo: 179351

SELO DE AUTENTICIDADE
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL
IBIRAPUEF

ST 052996

1 JUN. 2000

ROGERIO ANCHAY PASSI - Esc. Autorizado
COTM POR ANO Encargamento Pago
R\$ 0,51 Por Verbas
Valido Somente com Selo de Autenticidade

ELETROPAULO
METROPOLITANA
AJF VISTO

